

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: OS ORDENAMENTOS LEGAIS COMO ESTRATÉGIA DE GOVERNAMENTO DAS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS

Patrícia Santos ANFLOR¹, Rochele da Silva SANTAIANA²,

¹Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS); ²Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS);

patriciaanflor6@gmail.com; rochelesant@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE) da UERGS

Resumo

Pretende-se analisar os discursos presentes na Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil, no Campo de Experiência: “Escuta, fala, pensamento e imaginação”, evidenciando como o documento - que propõe a leitura e a escrita enquanto práticas sociais, instituem saberes de como o conhecimento é organizado e que procuram sistematizar a Educação Infantil, mais especificamente a Pré-escola, com o reforço à subordinação da etapa às vias do Ensino Fundamental. Metodologicamente o documento é tomado como corpus empírico que permite uma analítica amparada nas teorizações de Michel Foucault (2003) e autores da infância. O documento é tomado como prescritivo, idealizado para nortear as propostas pedagógicas dos docentes, que operam discursos de direitos para infância, regulamentam e também produzem uma infância administrada e conduzida, segundo um modelo estabelecido cientificamente e institucionalmente, como o que de melhor se pode esperar delas ou como melhor prepará-las para viver em sociedade, objetivando a formação de um sujeito infantil produtivo cada vez mais cedo.

INTRODUÇÃO

O Campo de Experiência “Escuta, fala, pensamento e imaginação” é percebido por esse estudo como um conjunto de objetivos e práticas relacionados à leitura e a escrita que as crianças devem atingir, sendo uma maneira de normalizar os saberes, os interesses e as necessidades. Vimos um caráter preparatório, ordenador e disciplinador das práticas pedagógicas, apontando modos de pensar, classificar e hierarquizar o que deve e o que não deve ser aprendido, produzindo subjetividades. O campo curricular do qual a BNCC faz parte é um mecanismo potente na produção de sentidos, discursos, interesses e verdades do que é certo e significativo para a população infantil. Acreditamos assim, que as políticas destinadas à infância produzem um campo de saber e poder, gerando com isso possibilidades de intervenção sobre a mesma, sujeitando-as a uma verdade do que é o melhor para elas. Buscamos entender como essas políticas que se instituem, que se acoplam às práticas discursivas e não discursivas em que tais saberes se imbricam em mecanismos de poder, cujo resultado acaba sendo a produção de uma infância governada, segundo normatividades da sociedade que se empreende. Metodologicamente o trabalho toma o documento como superfície analítica e busca-se nas visibilidades e invisibilidades que ele evidencia, apontar as perspectivas e direcionamentos para a escrita com discursos que produzem efeitos, conferindo visibilidade às relações de poder e saber existentes no tecido social e o governo das condutas das crianças e dos docentes.

MATERIAIS E MÉTODOS (ou METODOLOGIA)

A BNCC se operacionaliza através da produção permanente da subjetividade de todos os envolvidos. Conforme Corazza (1995), os discursos dos documentos curriculares, embora tenham como foco principal as crianças, também difundem práticas para o docente exercitar posturas para seguir e maneiras de conduzir-se, conforme o documento que “impõe a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação infantil, tanto na creche quanto na pré-escola.” (BNCC, 2017, p 34). As orientações curriculares do documento evidenciam os efeitos dinâmicos das transformações que perpassam a cultura contemporânea, fato esse que se dá pela invenção dos aparatos produtores de verdades e

organizam discursos que sustentam estratégias e táticas para operar sobre a produção de subjetividades das crianças.

Este trabalho, amparado em autores como Michel Foucault do campo do pós-estruturalismo, assim como autores que discutem infância e Educação Infantil, procura realizar uma discussão sobre a implementação da Base Nacional Comum Curricular com foco na área da Educação Infantil. Trata-se de discussões curriculares sobre a Educação Infantil e as questões de pensar o currículo destinado à população infantil: Que discursos podem ser visibilizados na Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil quanto ao processo de produção e divulgação de conhecimentos e verdades com assento à alfabetização?

Metodologicamente este artigo se organiza evidenciando especificamente o Campo de experiência da BNCC para a Educação Infantil: Escuta, fala, pensamento e imaginação. Na perspectiva dos estudos foucaultianos realizamos um investimento nos discursos instituídos pela BNCC, focando nas questões de que estratégias discursivas são foco para orientar as práticas docentes nas turmas de pré-escola e como os discursos presentes no documento mobilizam para a organização do currículo. Tomando o documento como superfície analítica trabalhamos nas visibilidades e invisibilidades que ele evidencia, apontando perspectivas e direcionamentos para o trabalho com discursos que produzem efeitos, conferindo visibilidade às relações de poder e saber existentes no tecido social. Entendemos que a justificativa principal deste estudo é detectar que práticas na Educação Infantil são sancionadas pela BNCC como boas e saudáveis para a infância e como operam na constituição dos professores e crianças na contemporaneidade, oficializando determinadas práticas pedagógicas e currículo formador de sujeitos que sejam formadas na Escola de Educação Infantil para ascensão na etapa seguinte.

Os discursos que oficializam determinadas infâncias, principalmente os produzidos pelas políticas públicas e curriculares, articulam formas de como conduzir à população infantil. Os discursos, segundo Foucault, se revestem de uma “série de finalidades específicas, que são o próprio objetivo do governo” (FOUCAULT, 2003, p. 284). Essa lógica é também visível nas estratégias discursivas que visam o governo da infância na recém instituída BNCC.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Paulo Focchi trabalhou nas duas primeiras versões da Base para Educação Infantil, e na entrevista concedida à Revista do Instituto Humanitas Unisinos, na Edição 516 de 04 de dezembro de 2017, criticou as mudanças feitas na terceira versão, que encontra-se em análise nesse artigo. O professor que se envolveu na construção do documento nas primeiras versões, diz que o grupo que capitaneou o debate na terceira versão deu mais ênfase ao letramento e ao numeramento das crianças, isso se dá pelo interesse em produzir avaliações de larga escala, o que seria possível só através da ênfase na alfabetização e de indicadores mensuráveis. Conforme aponta a BNCC (2017),

[...]embora reconhecida como direito de todas as crianças e dever do Estado, a Educação Infantil passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos apenas com a Emenda Constitucional nº59/2009, que determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos. Essa extensão da obrigatoriedade é incluída na LDB em 2013, consagrando plenamente a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos em instituições de Educação Infantil. Com a inclusão da Educação Infantil na BNCC, mais um importante passo é dado nesse processo histórico de sua integração ao conjunto da Educação Básica. (BNCC, 2017, p. 32)

O excerto retirado da terceira versão aponta o caráter preparatório, centrado na fragmentação, divergindo das versões anteriores que conforme Paulo Focchi privilegiam um olhar da infância em seu tempo, sem subestimar a Educação Infantil enquanto uma etapa significativa no desenvolvimento da criança, essa última versão da BNCC dá ênfase à separação do conhecimento a partir da simples alteração dos nomes dos campos de experiência

e do modo como colocou os objetivos, com isso mais uma vez segue-se o curso da história ao submeter a Educação Infantil ao modelo do Ensino Fundamental, descaracterizando a questão da continuidade e progressividade entre as etapas e permanecendo o olhar na criança como um sujeito que virá ser e não o que é.

Ao analisar o Campo de Experiência “Escuta, fala, pensamento e imaginação” percebe-se que é compreendido como um conjunto de objetivos e práticas relacionados à leitura e a escrita que a criança devem atingir, sendo uma maneira de normalizar os saberes, os interesses e as necessidades. Vimos um caráter preparatório, ordenador e disciplinador das práticas pedagógicas, apontando modos de pensar, classificar e hierarquizar o que deve e o que não deve ser aprendido, produzindo subjetividades.

Conforme Fochi (2017) pensar objetivos de aprendizagem não é pensar se aprendeu isso ou aquilo. Devem ser objetivos que garantam que todas as crianças tenham acesso ao patrimônio que a humanidade sistematizou, mas, sobretudo, que faça sentido. Para os estudos foucaultianos, essa é mais uma prática discursiva que produz subjetividades, que disputa espaços com outras práticas, outros modos de ver a criança, as intencionalidades educativas, o docente e o currículo.

Carvalho (2015) apud Corazza (2004),

O currículo é constituído por definições históricas sobre o que deve ser conhecido, que classificam e ordenam o corpo de conhecimentos, e sobre as ocupações escolares. Por essa via, ao se entender o currículo em relação imanente com as tecnologias de poder, é possível problematizá-lo conforme a referida autora: na sua condição de discurso pedagógico que organiza, articula e coloca em ação determinados modos de falar e pensar, tornando-se um operador de distribuições de indivíduos, de acontecimentos e de atividades no espaço e no tempo. (CARVALHO, 2015, p.473)

Primeiramente analisando as políticas de implementação que infiltram-se na BNCC, sem limitar-se a nenhuma das maquinarias que engendram o currículo. Os discursos, emanados pelos ordenamentos curriculares, organizam e ordenam o eventual campo de condução da conduta das crianças, “a ordem do discurso sublinha a ideia de que o discurso sempre se produziria em razão de relações de poder” (FISCHER, 2001, p.199), tornando-se relevante a discussão dos deslocamentos enunciados por Foucault em Segurança, Território e População (2008) e entender como os dispositivos de poder governam às infâncias.

O discurso procura constituir verdades, “apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas como a pedagogia” (FOUCAULT, 2014, p.16), verdades essas que se estratificam no tecido social, sobre o que pode e o que deve ser o melhor para as crianças, para aqueles que estão inseridos na Educação Infantil.

A escola, assim como as demais instituições, está, ao mesmo tempo, gerenciando a vida coletiva da população, ou seja, agindo sobre a dimensão macropolítica. Os indivíduos são entendidos como instrumentos que possibilitam atingir o objetivo fundamental, qual seja: realizar o governo da população no âmbito macropolítico. Foucault (2008a) destaca que:

A população é pertinente como objetivo, e os indivíduos, as séries de indivíduos, os grupos de indivíduos, a multiplicidade de indivíduos, não vão sê-lo como objetivo. Eles o serão simplesmente como instrumento, relevo ou condição para obter algo no plano da população (FOUCAULT, 2008, p.63).

O que cabe salientar, no decorrer deste texto, é que por mais que possamos encontrar formas diferenciadas de atendimento à infância em cada época, todas elas se constituem como formas de governo vinculadas a determinadas verdades que circulam em um momento histórico específico. São essas verdades que moldam as maneiras de agir sobre os sujeitos e as populações. Ao fim e ao cabo, “o que é preciso compreender refere-se ao fato de que todas as

formas de educar são, por excelência, formas de governar.” (LOCKMANN, 2013, p.55). Os discursos apoiam-se uns nos outros para manterem o status de verdade, dependem de uma série de estratégias advindas de outras formações discursivas para serem aceitos. Os discursos se equivalem e o que os diferencia são as condições provisórias herdadas das lutas em torno da significação.

Estudamos os discursos como objetos de apropriação, consideramos a análise foucaultiana, como mais relevante do que a propriedade intelectual sobre o que foi escrito, é a apropriação de um discurso pelo autor que o permite poder falar e ser ouvido e isso não são realizados de lugar-comum, liga-se a sistemas que o habilitem a essa tarefa, de modos de produzir e constituir pesquisas na contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe-nos aqui ressaltar a importância de um documento norteador dentro do território nacional capaz de otimizar discussões sobre a identidade da Educação Infantil no âmbito da educação brasileira. Percalços durante a leitura do documento nos fazem esbarrar em novas informações que podem ser úteis para subsidiar a discussão da incorporação de uma educação preparatória para este público, como o caso do capítulo inicial que a BNCC trata dos fundamentos pedagógicos para a etapa (BRASIL, 2017).

Acreditamos que, tomando o documento como referencial curricular das propostas pedagógicas, visibilidades e invisibilidades da criança só serão plenamente corrigidas quando escola, redes e sistemas de ensino utilizarem-se de autonomia e competência para incorporar em seus currículos abordagem contemporânea que perpassa pela realidade atual.

Considerando que o interesse dessa escrita foi analisar como os enunciados relacionados ao processo de alfabetização quanto ao processo de produção e divulgação de conhecimentos e verdades regulam, governam e produzem determinados tipos de subjetividade na escola, interessa-nos ainda pensar propostas de trabalho que minimizem os atravessamentos discursivos referentes às formas de os docentes atuarem com as crianças, buscando novos estudos que concedam formas de garantir aprendizagens em relação à leitura e a escrita. O desenvolvimento de tal processo requer, sobretudo, romper com a acomodação e a alienação, estando atentos a maneira como as orientações curriculares funcionam como estratégia de governo da criança e do docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc/> Acessado em 15 de abril de 2018.

CARVALHO, R. S. de. *Análise do discurso das diretrizes curriculares nacionais de educação infantil: currículo como campo de disputas*. Educação(Porto Alegre, impresso), v. 38, n. 3, p. 466-476, set.-dez. 2015.

FOCHI, Paulo. *Educação infantil não deve se submeter à ideia de compartimentação*. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo, 04 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7150-educacao-infantil-nao-deve-se-submeter-a-ideia-de-compartilhamentacao>.

FOUCAULT, M. Aula de 25 de janeiro de 1978. In.: FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 73-116.

FOUCAULT, M. *A governamentalidade*. Microfísica do poder. 18 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

LOCKMANN, K. História das práticas de atendimento à infância no Brasil: entre a caridade e a assistência científica. In: KAMILA LOCKMANN. (Org.). *Infância(s), educação e governo*. Rio Grande: Editora da FURG, 2013, v. 12, p. 39-58.